A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Marize Rauber Engelbrecht[1]

RESUMO

O conteúdo expresso neste artigo versa sobre a pertinência do debate da questão agrária no contexto brasileiro evidenciando sua atualidade e constante conflitualidade no modo de produção capitalista. Este movimento histórico será apresentado em três momentos, sendo inicialmente descrito o percurso histórico da questão agrária desde o período colonial até o final da década de 1990, explicitando que é um problema mal resolvido até o momento. Dando sequência, o segundo momento aborda sobre a questão da modernização "conservadora" da agricultura que foi implementada verticalmente e internacionalmente no Brasil, explicitando a conflitualidade entre as classes sociais do campo, latifundiário e camponeses. Neste percurso, adentra-se no período pós 1990 com a intensificação do projeto neoliberal e a tratativa da questão agrária pelos governos federais, desde Fernando Collor de Mello até Michel Temer apontando desmonte do aparato de intervenções no setor rural, em especial aos pobres do campo.

Palavras-chave: Questão agrária. Modernização agrícola. Conflitualidade.

ABSTRACT

The content expressed in this article deals with the pertinence of the debate on the agrarian issue in the Brazilian context, evidencing its actuality and constant conflict in the capitalist mode of production. This historical movement will be presented in three moments, initially describing the historical course of the agrarian question from the colonial period to the end of the 1990s, explaining that it is an unresolved problem so far. Continuing, the second moment addresses the issue of the "conservative" modernization of agriculture that was implemented vertically and internationally in Brazil, explaining the conflict between the rural, landowner and peasant social classes. In this path, we enter the post 1990 period with the intensification of the neoliberal project and the handling of the agrarian issue by the federal governments, from Fernando Collor de Mello to Michel Temer, pointing to the dismantling of the apparatus of interventions in the rural sector, especially for the rural poor.

Keywords: Agrarian question. Agricultural modernization. Conflict.

[1]Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, *campus* Toledo/PR. Doutora em Serviço Social; endereço eletrônico: omarize@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões que se seguem sobre a questão agrária expressam um conteúdo atual que tem sido objeto de muitos debates e estudos ao mostrar que ainda não foi resolvida sua situação na sociedade brasileira. No caminhar histórico vimos que a questão agrária nasce da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria.

Neste aspecto, a questão agrária segue marcada pela permanente desigualdade no campo que é o resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos produzidos pela diferenciação econômica dos agricultores por meio da sujeição da renda da terra ao capital, gerando continuamente enfrentamentos, conflitos, lutas e resistências dos camponeses.

O debate tem sido pertinente porque se refere ao desenvolvimento histórico do Brasil, desde o período colonial passando pelas capitanias hereditárias, ciclos econômicos, conflitos, expropriações de povos tradicionais até os dias atuais. Essa perpetuação explicita que o colonialismo e suas expressões ainda estão presentes na raiz agrária, por mais que a sociedade tenha evoluído e implantado novas técnicas no modo de produzir o processo colonizador continua atrelando o passado que é a sociedade agrária, ao presente, com a sociedade industrial.

Tem-se, portanto, a persistência e permanência da questão agrária, explicitando sua atualidade ao identificar a exploração e precarização do trabalho rural, o modelo agrário exportador, ameaça à segurança e soberania alimentar, altos índices de pobreza rural, em contraste a uma “modernização” da agricultura que apresenta novas tecnologias, técnicas, manipulação genética e produtividade no cenário produtivo rural garantida pelos latifúndios.

Sob este cenário o artigo foi elaborado apresentando críticas ao modelo de produção agrícola imposto e adotado no país em que a sociedade burguesa representada pelos latifúndios, empresários agrícolas, organizações sindicais, meios de comunicação argumentam que discutir a questão agrária, bem como, a reforma agrária é regredir ao passado e que o modo de produção capitalista, representado pelo agronegócio resolveu os problemas do meio rural brasileiro.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

2.1 Situando brevemente o contexto histórico da questão agrária

Inicialmente, parte-se do entendimento que a questão agrária deriva de uma estrutura fundiária altamente concentrada, que determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e cultura incompatíveis com um tipo de exploração racional da terra definido pela prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2006

Neste sentido, a questão agrária é de ordem estrutural e não se resolve apenas com medidas de política agrícola ou social, pois seus efeitos serão destruídos pela estrutura fundiária defeituosa, porém preservada, destaca o autor acima.

Por outro lado, Sampaio Jr. (2013), vem ampliar o conceito ao destacar que a questão agrária é um problema mal resolvido na sociedade brasileira e que se define em séculos de existência de um grande contingente de pobres vivendo no campo. Portanto, entender a questão agrária é compreender as causas da extrema pobreza do homem do campo e isso requer uma “perspectiva de totalidade, isto é, situá-la dentro da sociedade e da economia brasileira, compreender a questão agrária como parte de um todo. Qual é o todo? O todo é o problema da *formação”* (SAMPAIO Jr.2013, p.30, grifo nosso).

A questão da formação implica dizer que a história da ocupação de terras no Brasil e da luta pela sobrevivência dos homens testemunha uma batalha desigual, em que de um lado estão os protagonistas da conquista patrimonial (nem sempre legítimas), e de outro, povos que vivem da terra e na convivência com ela (DELGADO, 2012)

Assim, parte-se da premissa que a questão agrária é um debate polêmico e intenso, na qual alguns dizem que o “problema agrário no Brasil persiste para a sociedade porque o governo da classe dominante não conseguiu resolver a situação da agricultura e, para outros, no caso a burguesia, os problemas do campo estavam resolvidos, pelo menos para ela enquanto classe”. (STÉDILE, 2013, p. 366)

E, por mais que se tente encobrir a questão agrária, esta descortina-se cotidianamente ao vislumbrar as relações que ocorrem no campo-cidade, tais como: manifestações, ocupações, acampamentos nas estradas, praças e, com maior frequência, nas assembleias estaduais e congresso federal. “Também se apresenta no agronegócio, nas “*commodities*” nas teses, livros, relatórios. No dia a dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade” (FERNANDES, 2004, p.04).

A questão agrária na história do Brasil se coloca da seguinte maneira: a) a monarquia preservou a estrutura da sociedade colonial em que escravidão e latifúndio foi revitalizado; b) a abolição da escravidão foi feita dos brancos para os brancos – lenta, segura e gradual – generalizando o trabalho assalariado; processo que permitiu ao negro ficar livre do amo, mas a terra permanecendo privilégio dos homens ricos, tendo como principal instrumento a Lei de Terras de 1850; c) a ditadura do grande capital, com o golpe militar de 1964, consolida o latifúndio como base do padrão de acumulação e dominação no campo.

O momento histórico (pós 64) impõe uma ressignificação da questão agrária pelo instrumento legal do Estatuto da Terra (1964) determinado pela burguesia, fazendo com que o problema estratégico de acesso à terra e superação da pobreza no campo deixassem de ser um problema do desenvolvimento capitalista para se transformar num problema de segurança nacional, em outras palavras, deixa de ser tratado como problema de colonização para eventualmente ser tratado como assentamento. (SAMPAIO JUNIOR, 2013).

> [...] o Golpe Militar de 1964 exprimiu o ataque ao projeto camponês em favor da agricultura empresarial, devidamente contemplada na edição do primeiro instrumento público de redistribuição fundiária em escala nacional, o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964) (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 87).

Neste período, o Brasil avança na industrialização sem fazer reforma agrária e sem enfrentar o imperialismo, ressignificando profundamente a questão agrária. Ocorre uma mudança na forma da burguesia (atrelada ao latifúndio) entender a questão agrária, que passa a ser “abandonada como elemento estratégico de

desenvolvimento capitalista para se transformar num dos pilares fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente" (SAMPAIO, Jr. 2013, p. 32)

Compreender esse caráter exige que retomemos a gênese do debate da questão agrária no caso brasileiro. Primeiramente, o termo, bem como sua defesa, foi introduzida em 1950 (período que também surgem as Ligas Camponesas) pelos setores progressistas e pela esquerda brasileira com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que;

> [...] sempre defendeu que a burguesia nacional, burguesia industrial, com quem eles tinham a intenção de se aliar, tinha também interesse em fazer a reforma agrária no campo, porque a terra estaria em mãos de grandes coronéis, que, na leitura teórica, eram interpretados como quase senhores feudais; e então essa revolução democrática precisava, junto com a burguesia capitalista, derrotar esses senhores feudais" ou esses resquícios do feudalismo, para então liberar a terra para o desenvolvimento natural do capitalismo. (STÉDILE, 2013, p. 367)

A segunda corrente aparece pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil) que surgiu do PCB (Partido Comunista Brasileiro) a partir de 1962, e não rompeu com a tese inicial, mas sua militância teve uma aparência de maior combatividade e organização no campo. O PCdoB rompe com o PCB ideologicamente, e adota como estratégia política a "guerra popular prolongada" ao acreditar que as massas camponesas iriam levantar-se no interior devagarinho e cercar as cidades isolando a burguesia até a tomada do poder (igual ao que foi na China). E com essa visão, organizaram a Guerrilha do Araguaia, a partir de 1970, que foi eliminada pelo exército. (STÉDILE, 2013).

Na década de 1960, aparece a terceira corrente de pensamento sobre a questão agrária e as mudanças sociais desenvolvidas pelos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) que defendiam uma Reforma Agrária no Brasil e na América Latina de caráter capitalista. Objetivavam que mais pessoas tivessem propriedade da terra e que fossem inseridos no mercado interno capitalista se transformando em produtores de bens industriais (ferramentas, adubos, tratores, sementes). Os camponeses ganhariam a terra e desenvolveriam a indústria, portanto,

a proposição não seria para resolver o problema do campo, mas da indústria nacional que estava surgindo.

Uma quarta corrente surgiu em torno de Caio Prado Junior que se contrapôs as teses anteriores (conteúdo que consta em sua obra A Revolução Brasileira, de 1966), ao defender que as relações de produção e sociais no campo já eram capitalistas e deveria ter uma reforma agrária anticapitalista e, além do mais, segundo o intelectual, a burguesia nacional estava aliada ao capital estrangeiro.

Há de se sinalizar também, a influência da Igreja Católica foi decisiva no comportamento e nas teses dos camponeses desde 1950, quando então ficou assustada com o resultado das eleições do Partido Comunista nas eleições de 1945/46. A partir daí, o setor conservador da Igreja se organiza e inicia uma forte ideologia de combate as ideias presentes no partido.

Ainda, década de 60, a Igreja patrocina pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) o Movimento de Educação de Base (MEB), em que muitos militantes deste movimento se engajaram em uma organização denominada Ação Popular. No entanto, veio o Golpe Militar (1964) e acabou com toda esta experiência, mas, sem o significado político de outrora.

Nos idos de 1975, ressurge o debate da terra pela Igreja, sendo criada a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia, com a preocupação da violência do campo e a falta de acesso à terra pelos posseiros que ali viviam.

No ano de 1980, a Igreja produz um documento, segundo Stédile (2013), que veio com a intenção de reparar o erro cometido em 1950, intitulado, “A Igreja e os problemas da terra” na Assembleia dos Bispos em Itaici, Bairro de Indaiatuba/São Paulo, que levantou como principal tese “a terra devia ser para trabalho e não para negócio” e com isso, a Igreja rompe a visão capitalista de que a terra está a serviço do capital fazendo um “ataque frontal, afirmando que a terra não deve ser usada para a especulação e nem para explorar o trabalho de outrem e se recupera a ideia fundamental de que a terra, acima de tudo, deve servir a quem trabalha” (STÉDILE, 2013, p. 372).

Outra proposta de ataque à Reforma Agrária alegando que era inconsistente para o debate político da época, além do rearranjo da ordem agrícola defendeu-se desde 1964 (com o economista Delfim Neto do Governo de Castelo Branco -1962 a 1964), a proposta da Modernização Agrícola (Revolução Verde) que dominou o debate agrário nos anos de 1970 e 1980 (DELGADO, 2012).

De acordo com Delgado (2012) a tese da modernização técnica, sem reforma agrária, cuja expressão síntese mais apropriada é “modernização conservadora” da agricultura, se impôs pela força militar e consolidou um capitalismo agrário brasileiro entre as décadas de 1965 a 1985. Esse processo histórico concreto traz consequências políticas sobre o significado da questão agrária, em termos contemporâneos que perduram até os dias atuais.

2.2 A modernização “conservadora” da agricultura brasileira e a pobreza no campo

O processo de modernização da agricultura brasileira, a partir da década de 1960 provocou o aumento da produção e da produtividade, mas foi um processo profundamente desigual e contraditório. Mais do que conservadora, essa modernização foi permeada pela repressão política do período ditatorial e pela desigual distribuição dos recursos. Os “investimentos governamentais em infraestrutura (especialmente a abertura de estradas) e os incentivos fiscais tornaram rentável a compra e/ou apropriação de grandes extensões de terras, materializando uma aliança entre militares e latifundiários” (OXFAM, 2016, p. 04)

A dolorosa “modernização” empreendida pelos militares pressupôs uma acelerada industrialização sem reformas estruturais, tendo como uma das suas precondições a derrota de uma efetiva reforma agrária. Optou-se, portanto, por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

> Com a implantação do regime militar em 1964, a tese da modernização foi vitoriosa. Essa vitória se deveu fortemente à influência do governo dos estados Unidos, que mediante a denominação Aliança para o Progresso, visava aumentar seu poderio econômico por meio da venda de produtos

> industrializados, sobretudo máquinas e insumos agrícolas (SILVA, 2004, p. 20).

Diante da influência dos países europeus (de 1950 a 1956), o Brasil inicia um intenso debate político em torno da modernização da agricultura, até então considerada como símbolo de atraso econômico do país, das relações arcaicas e responsável pelas condições de miséria da grande maioria dos trabalhadores. A modernização era identificada ao desenvolvimento, à cidade e à industrialização e o Brasil era visto como sendo *dois brasis:* o moderno, correspondente ao urbano e o atrasado correspondente ao rural, destacado por Silva (2004).

Essa "modernização" provocou mudanças profundas na economia agrícola criando configurações e rearranjos no campo. Os proprietários passaram a dar um destino rentável e capitalizado às terras e uma decorrente expulsão dos moradores das fazendas retirando as terras que os trabalhadores usavam para produzir seus próprios alimentos.

No entanto, modernizar a agricultura atingiu apenas alguns produtores, produtos e regiões, em especial, os produtores mais capitalizados em regiões que tivessem um relevo compatível com o produto (soja, milho, trigo, algodão) imposto pelos países mais desenvolvidos. Também, se destaca em função de que essa modernização é permanente e que justifica a permanência ou não de agricultores familiares no campo.

Para a implantar a modernização agrícola o Estado brasileiro criou um aparato institucional altamente favorável que o destacou em várias esferas, a saber: a) criação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964); b) concessão de crédito subsidiado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (1965); c) investimento em pesquisa agronômica e extensão rural – que favoreceu a disseminação produtivista; d) política fundiária – que valorizou a propriedade privada atrelada ao mercado de terras e ao mesmo tempo controlou os movimentos sociais de trabalhadores rurais. (HESPANHOL, 2008).

O Estado, portanto, tem sido o agente indutor da modernização tecnológica agrícola, intensificando o processo de inserção da agricultura dos países subdesenvolvidos na economia mundial, constituída de inovações técnicas voltadas

para a produção de exportáveis provocando a redução da produção interna de alimentos.

O crédito rural foi propulsor da modernidade como elemento chave. Funcionou como alavanca de aceleração do processo de modernização da agricultura brasileira. Montado a nível nacional em 1965, operacionalizado em 1967 a política de crédito privilegiou os grandes produtores em detrimento aos pequenos, pois o acesso ao crédito bancário dependia da garantia proporcionada pela posse da terra, isto é, quanto maior a propriedade de terra maior era a disponibilidade de recursos creditícios.

As mudanças que ocorreram na estrutura de crédito, na adoção de um padrão de tecnologia moderna e no destino da produção, também influenciaram e modificaram a estrutura fundiária; ainda fizeram com que a especulação fundiária "desencadeada pela escala de produção do novo modelo como pelos mecanismos creditícios e fiscais, investimentos do governo, também contribuiu para a expulsão de posseiros e de todo tipo de pequenos produtores." (MARTINE e GARCIA, 1987, p. 33).

Desde então, as dificuldades de realocação da mão-de-obra expulsam e excedente geram pobreza e miséria no campo e na cidade, privando os trabalhadores do campo de condições dignas de vida. Situações que não têm sido desprovidos de lutas e resistências, tendo permanentemente tensões, expulsões, invasões e mortes no campo.

Neste contexto da conflitualidade, reaparece a questão agrária no debate público, quando os pobres do campo reagem à escalada de conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais sem terra. A resposta, segundo Sampaio Jr. (2013), foi transformar a violência no campo em luta pela reforma agrária por via de assentamos focalizados, criando os Planos Nacionais de Reforma Agrária, sendo o primeiro em 1985, e o segundo em 2003.

Conforme Delgado (2012), a transição de estado de conflito agrário para uma agenda política de reforma social é um problema que ainda não foi resolvido, fato que reflete o presente peso extraordinário do conservadorismo agrário na elite do poder.

E, mesmo com a Constituição de 1988, as questões de criminalidade e conflitualidade permeiam os problemas agrários em aberto na agenda política do Estado brasileiro.

> Na Constituinte de 1987/1988 que se deu o embate político mais forte entre defensores e oponentes da reforma Agrária, refletindo nestas posições, leitura complementares opostas do que seja uma Questão Agrária Nacional. (DELGADO, 2012, s/p).

Esclarece o autor que a transição da modernização conservadora à liberalização comercial dos anos de 1990 tem sido mediada por um período de desmonte do aparato de intervenções no setor rural, planejado desde 1930 no período militar.

2.3 A questão agrária e o projeto neoliberal nos governos brasileiros

O ano de 1990 abriu com mais afinco o projeto neoliberal com a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), porém, na sequência de seu impeachment, assume Itamar Franco na condição da Presidência da República que continua com a implantação da cartilha neoliberal.

Na gestão seguinte com Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), no auge do neoliberalismo no país, a tensão social aumenta com as reformas e medidas econômicas pró-mercado com muitas consequências (inflação, desemprego e dependência externa) como explicita Filho; Fernandes (2018).

Sustentam os autores que a “política agrária liberal” dos anos 1990 (até o início do governo Lula) a nova realidade rural emergiria promovendo a “agricultura familiar inserida no mercado” e a criação e desenvolvimento de assentamentos rurais, porém, foi inócua diante da gravidade do cenário conflitivo no campo e das expectativas dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Com o Governo Lula (2003-2011) do Partido dos Trabalhadores (PT), houve maior articulação e desenvolvimento das políticas públicas em diversas áreas e o destaque foi aprovação da Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326/2006, que democratizou a política agrária ao incluir todos os grupos sociais do campo em uma política nacional (FILHO; FERNANDES, *et al,* 2018).

Os autores vêm reforçar que, ao concentrar os diferentes segmentos do trabalho familiar em um grupo categorial (por força da lei), inflacionou os dados da Reforma Agrária no país aliados aos setores do agronegócio brasileiro e não enfrentou a realidade agrária excludente e concentradora. Para piorar autorizou o Programa Terra Legal, lei n. 11.925/09 que respalda a ocupação da Amazônia Legal, que permitia a apropriação de terras públicas e devolutas do bioma, deixando os trabalhadores rurais na linha de frente do conflito agrário.

A meta do governo de Dilma Roussef (2011-2016) do Partido dos Trabalhadores (PT) deixou clara a política agrária, em especial a reforma agrária "realista" de atender apenas as famílias acampadas, o que nem isso conseguiu (ruralistas não creditavam que tinha tão grande número de pessoas a serem atendidas, sendo 120 mil famílias). Com agravamento da crise política e econômica e com interferência do Tribunal de Contas, a presidenta não conseguiu administrar os interesses conflitantes paralisando oficialmente a reforma agrária (FILHO; FERNANDES, et al, 2018).

Em 2016, o impeachment sofrido pela presidenta Dilma (PT) foi um ataque golpista ao projeto de governo afetando diretamente as políticas públicas, substituído por um projeto de governo liderado por Michel Temer (PMDB) em que os camponeses e intelectuais já sabiam o que estava desenhado: a segunda fase neoliberal no Brasil, com um conjunto de medidas nefastas de desmonte da saúde, educação, previdência, assistência e principalmente a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que representava e defendia interesses de políticas públicas emancipatórias aos camponeses, como também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A burguesia, segundo Stédile (2016), precisava de um governo totalmente seu para implementar o plano neoliberal e recuperar o lucro e acumulação de capital frente à crise econômica que ocorreu no Brasil, América Latina e em todo mundo. Para dar conta disso deveria ter o controle de todos os poderes da república: executivo, legislativo, judiciário e a mídia.

A avalanche neoliberal, segundo o autor, seria pela via do Congresso que desmontaria direitos conquistados no último século, colocando vários desafios e

batalhas pela frente; a batalha na defesa dos direitos sociais e trabalhistas, batalha da defesa dos recursos naturais que a burguesia quer privatizar e a batalha por garantir os recursos públicos para que se destinem as necessidades da população.

Como diz Frei Betto (2016), no artigo da revista Caros Amigos “Golpe Consumado, terra arrasada” e com o presidente “usurpador” (grifo do autor) tudo tende a se agravar, pois defendeu a compatibilização entre o agronegócio e o licenciamento ambiental. Além disso, em um almoço com os ruralistas o presidente “globocolonizador” (grifo do autor) prometeu rever a demarcação das terras indígenas, revogar a decisão da advocacia geral da União sobre a proibição da venda de terras a estrangeiros e agilizar as licenças ambientais.

Quem será o vencedor? Questiona Frei Betto (2016): a motosserra ou a vegetação? O trator ou os mananciais? Atualmente, 2020/21, sob o controle do (des) governo Jair Bolsonaro e a continuidade do projeto ultraneoliberal já se tem as respostas!

> [...] a política agrária brasileira é descomprometida com os problemas do campo, com as reivindicações dos movimentos socioterritoriais e com as necessidades da população rural trabalhadora [...] em linhas gerais, os governos falharam (têm falhado) na efetivação da política da reforma agrária (FILHO; FERNANDES, et al, 2018, p. 16).

Diante da ineficácia das políticas agrárias, o campo se firmou como um espaço dominado pelos capitalistas (latifundiários, ruralistas, empresas rurais, grandes grupos econômicos), com interesse do mercado em detrimento da agricultura de trabalho familiar, evidenciando que a luta pela terra continua e a questão agrária está mais intensa e permanente.

Sob esta lógica é que se aprofunda a dualidade do debate agrário, de um lado com várias correntes que refletiram sobre os novos e velhos dilemas da questão agrária, e de outro com os protagonistas do *agribusiness*, adeptos de uma integração externa da economia rural tem sido protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities.* (DELGADO, 2001).

Neste contexto, a questão agrária deslocou-se inteiramente de qualquer conotação como obstáculo à acumulação capitalista e centrou-se na imposição da condição de vida da população brasileira rural, isso porque intensificou-se a estratégia

da modernização técnica da agricultura sem a reforma social, ou melhor, sem a realização de uma justiça social.

A questão agrária, do ponto de vista da conflitualidade do capital com os camponeses, reafirma que a questão agrária vem sendo construída e reconstruída no processo constante do conflito com a população que vive na área rural. Enfatiza-se que não é um problema em si, mas resulta da contradição inerente do capitalismo que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo (FERNANDES, 2001).

3 CONCLUSÃO

Vimos historicamente que o modelo de desenvolvimento adotado na realidade brasileira aumentou a conflitualidade por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas e que no enfrentamento da questão agrária não existe trégua perene nem rendição total entre as duas classes antagônicas, camponeses e latifundiários, mas há transigência e intolerância.

Neste sentido, a questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo, tendo um conjunto de problemas constantes ligado a terra, em que se pode até amenizar ou diminuir, mas não os solucionar totalmente.

A força com que a questão agrária brasileira ressurge através da conflitualidade constante – visível ou camuflada - vem sendo cada vez mais agravada pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo e estão relacionados essencialmente à propriedade da terra e, consequentemente, à concentração da estrutura fundiária, pelos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais.

Como visto, a questão agrária é uma expressão dos conflitos presentes na relação contraditória entre capital e trabalho, uma refração da “questão social” e o desenvolvimento capitalista produz diferentes manifestações da “questão social”. Esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital; sua existência e manifestações são indissociáveis da dinâmica específica tornando-se uma potência social dominante.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Guilherme. **Questão Agrária e Saúde**. (Curso realizado em Cascavel/PR, Unioeste) 2012 (Mimeo).

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, n. 15 (43), 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Revista NERA.** Universidade Estadual de São Paulo: Presidente Prudente, 2004.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FILHO, José S.; FERNANDES, Bernardo M. (e outros). **O golpe na questão agrária brasileira**: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. NERA-Núcleo de estudos, pesquisas, projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA, fev./2018. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 03/10/2019.

FREI BETTO. Golpe Consumado, terra arrasada. **Revista Caros Amigos**, set/2016, p.33.

HESPANHOL, Rosângela A.M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, A. F; CARRIJO, B. CANDIOTTO, I. Z. P. (Orgs). **Desenvolvimento regional e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MENDONÇA, Sonia R. de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento - 1964/1990. STEDILE, João P.(org) **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério N.; VARGAS, Neide C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 110. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Reforma Agrária Atual e seus desafios. MATTEI, Lauro (org.) **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis/SC: Insular, 2013.

OXFAM do Brasil. **Terrenos da Desigualdade**. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Nov/ de 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em: 23 ago.2019.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. **Terra e Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. STÉDILE, João Pedro**. A questão agrária no Brasil**. n.07, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Fora Temer, ainda que tarde! **Revista Caros Amigos**. Set/2016, p.33

SAMPAIO Júnior, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e sua situação atual. In: MATTEI, Lauro (org.) **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis: Insular, 2013.